

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

SOB A ORIENTAÇÃO DO OFICIAL ADMINISTRATIVO ISIDORO ZANOTTI

Os problemas demográficos da Índia e do Paquistão

S. CHANDRASEKHAR

(Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano)

O Dr. Sripati Chandrasekhar é Professor e Diretor da Seção de Estudos Econômicos da Universidade de Anamalai, na Índia.

De 1944 a 1946 deu um curso sobre problemas econômicos indus na Universidade da Pensilvânia, em Filadélfia e no Instituto de Estudos Asiáticos, em New York.

Foi um dos autores escolhidos pela UNESCO para a elaboração dos trabalhos destinados à série "Problemas de Alimentação e População", tema dos debates daquela organização internacional de 1949.

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA demográfico da Índia resulta, em primeiro lugar, de uma notável fecundidade, aliada a uma mortalidade muito elevada, que vem decrescendo lentamente. O aumento, que representava mais de quatro milhões de indivíduos por ano antes da divisão da Índia, não chegaria a constituir problema independente da questão da forte mortalidade, se a Índia dispusesse de recursos suficientes, para absorver essa população suplementar sem afetar seu nível de vida. Mas o nível de vida da Índia é tão baixo que qualquer aumento no número de famílias pobres pode ter resultados desastrosos; e, como essas famílias já são muito numerosas, é lícito pensar que tal aumento faria surgir graves problemas para toda a população. A densidade de população da Índia, nas regiões agrícolas e nos bairros pobres das cidades, embora não seja tão forte quanto em certos países superpovoados do mundo, é muito elevada para permitir uma atitude puramente passiva; e não se vê como atender às necessidades de grande número de pessoas. A emigração tampouco oferece escoadouro à população indu. Mesmo que certos países se disponham a receber imigrantes indus, não poderiam eles certamente receber quatro milhões por ano; e, considerando a tèmpera desse povo caseiro, não haveria muita possibilidade de vê-los deixar a Índia em tão grande número, cada ano. Quer a população aumente em mais de quatro

milhões por ano, ou de 50 milhões em dez anos, quer seu total atinja 350 milhões, 400 milhões ou mesmo mais, nada disso constituiria necessariamente um problema, se os habitantes, na sua grande maioria, para não dizer na sua totalidade, pudessem gozar, relativamente à alimentação, à saúde, ao vestuário, à habitação, às possibilidades de emprêgo e ao descanso, do mínimo indispensável a uma vida decente. Tal, porém, não acontece. Mais difícil ainda é o problema suscitado pelas deficiências notórias da população indiana, no plano qualitativo. E, como a qualidade da população liga-se à respectiva importância numérica, não seria possível melhorar a qualidade, sem exercer um controle sobre a quantidade. E' fácil, portanto, compreender-se como a proliferação da população indu pode afetar e mesmo comprometer todo o desenvolvimento econômico e social da Índia e seu lugar no mundo moderno.

I — Aumento da população

A população global da Índia e do Paquistão eleva-se hoje a quase 450 milhões de almas, ou seja, cerca de um quinto da população do globo. Essa população, em 1947, estava calculada em 336 milhões para a Índia e 71 milhões para o Paquistão, mas isso era apenas uma estimativa e provavelmente inferior à realidade, uma vez que na demografia da Índia inúmeros fatores permaneciam desconhecidos.

No século XVI, segundo certos cálculos aproximativos, a população da península indu era de cerca de 100 milhões. Em meados do século XIX, atingia ela cerca de 150 milhões. Em 1881, época em que se realizou, de maneira aliás incompleta, o primeiro recenseamento regular, a população se elevava a 254 milhões. Em 1931, isto é, cinquenta anos mais tarde, o recenseamento acusava a cifra de 353 milhões, o que representava um aumento de 10,6% em comparação com 1921. Finalmente, o último recenseamento levado a efeito em 1941, deu a cifra de 389 milhões, representando um aumento de 15% com relação a 1931, ou 50 milhões de almas a mais. Prevalendo as tendências atuais em matéria de natalidade e de mortalidade, é possível que o recenseamento de 1951 revele um aumento da mesma categoria.

Embora seja elevada a taxa de aumento da população da Índia, esta jamais foi anormal. Por exemplo, entre 1872 e 1941, antes da divisão do país em duas partes, a população da Índia aumentou em 54%. Durante o mesmo período, a do Reino Unido aumentava em 56% e a do Japão, em 136%. O aumento não se processou, pois, em ritmo muito acelerado. Mas processou-se de modo irregular, durante anos, pois resultou essencialmente não do aumento da natalidade, mas das variações da mortalidade. A cifra da população variou em função da existência ou da ausência de guerras, fomes, epidemias. Conforme surgiam ou desapareciam êsses flagelos, a população aumentava ou diminuía. A limitação voluntária da natalidade nenhuma influência importante teve na cifra da população indiana. Até 1901, essa população permaneceu quase estacionária. Entre 1901 e 1921, houve aumentos irregulares e espasmódicos; mas entre 1921 e 1941, dois aumentos foram verificados, um de 10,5% e outro de 15%. Se a saúde pública continuar como atualmente e se não houver fome, é possível que o recenseamento de 1951 evidencie um aumento considerável.

Contudo, o problema demográfico da Índia não resulta da taxa de crescimento e sim do número absoluto dos habitantes que se acrescentam, de dez em dez anos, à população existente. Dada a cifra elevada da população atual da Índia, uma taxa de crescimento mesmo modesta, correspondendo, por exemplo, a 10 ou 15% faz aumentar a população em 50 milhões de indivíduos (como aconteceu entre 1931 e 1941). Essa cifra representa, porém, uma população maior do que a de todos os países europeus, com exceção da Alemanha e da Rússia, ou de todos os países da América Latina. E' a importância dêsse aumento líquido que gera o problema, por isso que anula quaisquer esforços tendentes a melhoria do nível de vida dos indianos, nível êste que, no consenso geral, já é baixíssimo. Todos os esforços para aumentar a produção dos gêneros alimentícios ou outros recursos e desenvolver as facilidades existentes, de modo a melhorar a parte que cabe a cada um dos habitantes da Índia, são, portanto, anulados, em grande parte devido ao aumento da população. A melhoria do nível de vida da Índia não pode, pois, nas circunstâncias atuais, conciliar-se com o crescimento constante de sua população.

II. — Fecundidade

Entre os vários fatores demográficos, o índice de natalidade é o mais importante, por isso que as diferenças de fecundidade entre as nações constituem o próprio âmago do problema mundial da população. Dentro de uma nação, as variações da fecundidade que se evidenciam entre os diversos grupos étnicos, culturais, econômicos ou religiosos, dificultam sobremodo o estabelecimento de uma política democrática em matéria de população.

Se se pensa tomar por base as estatísticas do movimento da população da Índia que, como se sabe, são geralmente inferiores à realidade devido as falhas das declarações, verifica-se que o índice

de natalidade se situa entre 45 e 50. Para 1941, é de 43, o que se compara às cifras elevadas registradas no Egito (47 em 1940), na Palestina (40 em 1935), em Pôrto Rico (40 em 1942) e no México (42 em 1940). Não nos caberia referir aqui as correções que se deveriam fazer às estatísticas de natalidade, quer quanto às falhas das declarações, quer quanto aos erros de avaliação. Mas a tabela que adiante reproduzimos dá a taxa de nascimentos e de óbitos, por milhar de habitantes, na Índia, desde 1885. O que importa observar, no tocante à taxa de natalidade, não é o fato de ser ela uma das mais elevadas do mundo, senão o de não haver demonstrado qualquer tendência a decrescer no decurso dêstes últimos cinqüenta anos. E' evidente, por essa tabela, que o número de nascimento não tende de modo algum a diminuir; as fracas variações que se pode observar devem ser consideradas como flutuações naturais e normais, dada a importância das cifras em questão.

Quanto à diferença de fecundidade entre a cidade e o campo, esta se manifesta na Índia como nos outros países. Nos países industrializados do Ocidente a fecundidade começou por decrescer nas zonas urbanas e as zonas rurais em geral acompanharam mais tarde êsse movimento. A razão é que a industrialização se aliou a uma limitação voluntária, cada vez mais generalizada, do número de filhos. E' possível que o mesmo aconteça um dia na Índia, mas até hoje tal não aconteceu. A relativa fraqueza da fecundidade nas regiões urbanas só se explica na Índia pela predominância desfavorável do sexo masculino nas cidades; de fato, o elemento feminino é relativamente inferior em número e muitos homens vivem sós. Os operários são, na realidade, de origem rural e sômente procuram trabalho nas cidades quando forçados pela pobreza do campo. Chegam sós, sem mulher nem filhos. Quando melhoram as condições agrícolas, grande número dêsses operários voltam à aldeia natal onde se entregam novamente à lavoura. A diferença de fecundidade entre a cidade e o campo provém também talvez da mortalidade infantil, elevada nas cidades. De qualquer forma, essa diferença por enquanto não encontraria explicação na existência ou na adoção de processos anticoncepcionais.

O estudo das variações da fecundidade, em função das ocupações profissionais e das rendas, evidencia sempre uma ligeira diminuição do número de nascimentos nas classes mais favorecidas. Estas compreendem, em geral, as castas chamadas superiores, que recebem melhor educação, têm ocupações mais lucrativas e, por conseguinte, gozam de um nível de vida mais elevado do que as outras. Neste caso ainda, a redução da fecundidade não se explicaria pela limitação voluntária do número de filhos. Embora não disponhamos de dados precisos sobre o assunto, podemos afirmar que a verdadeira causa dessa situação é a reprovação social aos casamentos de viúvas, o que priva inúmeras mulheres da possibilidade de serem mães. Como essa reprovação em geral não existe entre as classes menos favorecidas pela fortuna, que correspondem em conjunto às castas chamadas inferiores, estas apresentam elevado índice de fe-

cundidade. O ligeiro declínio verificado na fecundidade de certos grupos da população indiana não se tornou, pois, uma tendência acentuada e a diminuição não é suficiente para afetar o aumento futuro da população. Se os índices de natalidade e de mortalidade não se modificarem, a população

da Índia e do Paquistão, em 1951, terá atingido cêrca de 450 milhões. Se não houver modificação, o único fator, portanto, que poderá diminuir o ritmo do aumento da população indu será não a limitação voluntária do número de nascimentos, mas a taxa elevada de mortalidade. O fato não deixa de ser triste.

ÍNDICES DE NATALIDADE E DE MORTALIDADE NA
ÍNDIA, POR MIL HABITANTES, DESDE

1885

A N O S	INDICE DE NATALIDADE		INDICE DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO NORMAL	
	SEGUNDO DECLARAÇÕES	SEGUNDO AVALIAÇÕES	SEGUNDO DECLARAÇÕES	SEGUNDO AVALIAÇÕES	SEGUNDO DECLARAÇÕES	SEGUNDO AVALIAÇÕES
1931-35.....	35	46.7	24	31.2	11	15.5
1931-21.....	35	46.7	26	33.8	9	12.9
1921-11.....	37	49.3	34	44.2	3	5.1
1901-11.....	38	50.7	34	44.2	4	6.5
1890-01.....	34	—	31	—	—	—
1885-90.....	36	—	26	—	—	—

III — *Mortalidade*

O ritmo de crescimento da população indiana, neste último século diminuiu essencialmente pelas variações da mortalidade a qual, aliás, sempre permaneceu elevada. As fomes, as epidemias, a falta de higiene e as guerras exerceram influência sobre o índice da mortalidade, apesar do desaparecimento quase total do último desses fatores nestes cinquenta anos. Mesmo durante os anos "normais", o índice de natalidade sempre foi elevado não só devido à falta evidente de organização sanitária e de higiene pública, como devido à alimentação geralmente defeituosa ou insuficiente. Esse índice aumentou de modo alarmante durante os maus anos, isto é, quando a escassez de recursos alimentares provocou epidemias ou fomes. Poder-se-á quase dizer que a fome e as epidemias foram os únicos fatores que influíram na rapidez do aumento da população da Índia no século passado.

O índice de mortalidade da Índia elevou-se a 30 óbitos por mil habitantes. A cifra oficial em 1931 era 24 e em 1940, 22, mas esses índices são certamente inferiores à realidade, uma vez que os óbitos nem sempre são declarados. Em outras palavras, mais de dez milhões de pessoas morrem anualmente na Índia! Se é alarmante o índice de mortalidade, também anormal é a maneira pela qual se distribuem esses óbitos entre os diferentes grupos de idade. O fator mais assustador nesse particular é a grande proporção de óbitos entre as crianças de menos de um ano e entre as parturientes ou mulheres em idade de ser mães. O índice de mortalidade infantil é muito elevado: quase a quarta parte das crianças morre no primeiro ano

de existência. Segundo os cálculos oficiais, a metade das criancinhas morre antes de chegar a um mês e entre as que não chegam a essa idade, 60% morrem na primeira semana após o nascimento. A mortalidade continua elevada durante toda a primeira infância. Durante um ano médio, 49% do número total dos óbitos ocorre entre crianças de menos de dez anos, enquanto que na Inglaterra essa proporção é apenas de 12%.

No que tange a mortalidade entre as parturientes, os números não são menos assustadores. Sir John Megaw, quando diretor dos Serviços Médicos da Índia, fez realizar pesquisas estatísticas, demonstrando que o número de óbitos entre as parturientes atinge 23,5 por mil nascimentos; quer dizer pelo menos 200.000 mulheres morrem, anualmente, em consequência da maternidade e, em mil mulheres jovens, cem são condenadas a morrer ao dar à luz uma criança. Em resumo, em cem criancinhas que nascem, uma quarta parte morre antes de um ano. Ao completar o quinto aniversário, 40% desses indivíduos já desapareceram, e ao chegarem aos 20 anos, 50% apenas ainda estarão vivos. Aos sessenta anos, apenas 15% terão sobrevivido. Mas apesar do índice de mortalidade atual, a população da Índia e do Paquistão eleva-se, em média, a 5 milhões anualmente. No decurso destes últimos vinte anos, houve, porém, uma diminuição geral e constante da mortalidade. Esta certamente teria diminuído ainda mais, se os sábios programas elaborados por vários comités de estudos, com o fim de melhorar o estado de saúde da população, tivessem sido efetivamente postos em execução. Calculou-se que uma melhoria, mesmo ligeira, das condições sanitárias atuais poderá salvar a vida

de 3 milhões de crianças. Uma vez conseguido esse resultado, a população da Índia aumentaria, não mais em 5, mas em 8 milhões anualmente e é possível que o aumento de 83 milhões que se verificou entre 1921 e 1941 se repita entre 1941 e 1951.

Repetimos: todo plano que vise a redução do índice de mortalidade somente poderá ter conseqüências desastrosas para a Índia, a menos que seja acompanhado pela limitação voluntária do número de nascimentos.

Hoje, porém, a taxa da mortalidade constitui o fator determinante da situação demográfica da Índia. Desnecessário seria acentuar o que há de excessivo e de trágico nessas perdas de vidas humanas. Aliás, não é só. Entre os que escapam à morte, muitos há que não participam verdadeiramente da vida e que não podem ser incluídos no número de indivíduos sadios, ativos, capazes de trabalhar e produzir; as deploráveis condições sanitárias do país são responsáveis por essa situação.

IV — A doença

Se as informações existentes sobre o índice de natalidade e de mortalidade são incompletas e pouco exatas, menos satisfatórias ainda são as que se referem às doenças. As regiões agrícolas da Índia e do Paquistão, onde vivem mais de 80% da população, não dispõem nem de hospitais nem de clínicas convenientes, nem de serviços médicos de caráter geral ou especializado. E' impossível, por conseguinte, calcular-se o número total dos doentes. Quanto às zonas urbanas, existem, porém, certas cifras que seria necessário multiplicar por cinco ou seis para darem uma idéia do número de doentes em todo o país.

Assim é que segundo fontes oficiais, o impaludismo é diretamente responsável por um milhão de mortes pelo menos, nos anos normais, o que significa, na realidade, que, pelo menos, três milhões de pessoas morrem anualmente de impaludismo. Se 3 milhões morrem dessa doença, parece evidente que pelo menos dez milhões dela sofrem. Para tratar esses doentes (supondo-se que recebam efetivamente os cuidados de médicos qualificados ou de charlatães) e para mantê-los em estado de saúde precária, devem ser necessárias verbas consideráveis, sem contar as despesas indiretas, resultantes das horas de trabalho perdidas para os

campos, fábricas e escritórios. Depois de um ataque de impaludismo, o rendimento do trabalho do indiano, já normalmente baixo devido à insuficiência do regime alimentar, diminui ainda mais; por outro lado, fica o mesmo menos apto a resistir às várias doenças que devastam os campos da Índia. As doenças podem ser consideradas como exercendo uma seleção natural, por isso que, quando terminam matando o doente, fazem desaparecer os elementos mais fracos, mas não se poderia dizer que melhorem a "qualidade" demográfica dos que, por pouco, escapam de morrer. Se examinarmos, sob esse ponto de vista, as estatísticas relativas ao estado sanitário da Índia, teremos diante dos olhos um quadro triste demais para comentários.

Mas não é só o impaludismo. O cólera, o "kala-azar", a varíola, o beribéri, a disenteria, a tuberculose, o anquilostomose, a filariase, a verminose e as doenças venéreas se manifestam por toda parte, exigindo seus tributos. Há também a lepra, a cegueira total ou parcial, as perturbações mentais, a debilidade mental e cerca de outras vinte enfermidades ou afecções. E' possível, até certo ponto, curar ou (o que é mais importante) prevenir essas várias doenças mas, na Índia, a falta de amplos serviços médicos bem organizados e dispondo de pessoal suficiente e competente, torna esses males muito perigosos. A medicina curativa só poderá resolver o problema pela metade. Enquanto a vitalidade dos habitantes e sua resistência à doença permanecerem precárias em conseqüência da pobreza, da má alimentação e da ignorância, enquanto prevalecerem condições deploráveis de higiene nas cidades e aldeias, a medicina só poderá levar ao problema soluções parciais.

Apesar da insuficiência dos dados existentes sobre as causas específicas da mortalidade, pode-se ter uma idéia da situação pelo quadro que damos a seguir, correspondente a um ano típico de antes da guerra — 1939. Esse quadro mostra em que proporção as várias doenças são responsáveis pelo índice geral da mortalidade que, em 1939, foi de 22,2. E' bem provável que quando não há médico presente, como acontece freqüentemente, a causa da morte é dada nas declarações como "febre". Essa falta de informações precisas anula os esforços do Serviço de Saúde Pública, por isso que as autoridades que desejariam tomar medidas para reduzir o índice de mortalidade, não podem conhecer exatamente as causas que contribuem para elevar esse índice.

	CÓLERA	VARÍOLA	FEBRE	DISENTE- RIA E DIARRÉIA	VIAS RESPIRA- TÓRIAS	FERI- MENTOS	OUTRAS CAUSAS
Número de óbitos por 1.000 habitantes.....	0,4	0,2	0,1	13	0,9	1,8	5,8
Porcentagem do número total de óbitos por 1.000 habitantes.....	1,8	0,9	0,5	58,1	4,1	8,1	26,1

V — *Fatores sociais*

A situação demográfica de uma região resulta, em grande parte, de suas particularidades sociais, as quais, por seu lado, influem nos nascimentos, nos óbitos e nas migrações. O problema demográfico da Índia poderia ter outra feição se não houvesse no país certas instituições sociais, tais como o casamento precoce, a universalidade do casamento, a interdição do casamento de viúvas, a estrutura das famílias indus e vários outros costumes, crenças e instituições com influência desfavorável para a masculinidade. E' da existência dessas instituições, baseadas em tradições sociais e religiosas próprias da Índia e que condicionam um número considerável de indivíduos, que resulta o problema demográfico atual.

O casamento precoce e a universalidade do casamento são aspectos predominantes da sociedade indu. As moças na Índia atingem a puberdade entre doze e quinze anos e, embora seu desenvolvimento físico não esteja completo, fisiologicamente estão aptas a terem filhos. E não são raros os casos de maternidade aos quatorze ou quinze anos. O relatório do Comitê sobre o casamento e os relatórios da Conferência geral das mulheres indianas revelaram que cerca de 50% das moças indus se casam antes dos quinze anos. Se os casamentos de crianças foram praticamente abolidos, as mulheres de quinze a vinte anos, porém, são quase todas casadas. As moças do campo casam-se logo que chegam à puberdade; logo começam a ter filhos e reduzem o período de amamentação, diminuindo assim os intervalos entre os nascimentos o que, infelizmente, não raro lhes encurta a vida.

O segundo fator é a universalidade do casamento. Todos os indianos, todas as indianas, mais tarde ou mais cedo, se casam. O casamento é quase um dever religioso. Como o indivíduo não precisa de um ganha-pão para casar-se e como as preferências individuais quase não entram em linha de conta na escolha do cônjuge, nenhum fator econômico se opõe ao casamento. Num ano de recenseamento, como o de 1939, verifica-se que o número de homens casados é de 467 sobre 1000 e o número de mulheres casadas é de 492 em 1000. Em outras palavras, com exceção de algumas viúvas e viúvos, de alguns ascetas e mendigos, quase todas as pessoas com idade de serem casadas o são efetivamente. Difícil seria prever quando será possível que se possa fazer sentir na Índia certas influências favoráveis à elevação na idade do casamento: estudos prolongados, empregos lucrativos, desejo de melhorar a situação pessoal e social, liberdade de escolha no casamento e todos os outros fatores que, normalmente, têm seu papel nas sociedades ocidentais. Quando mais depressa, porém, as considerações desse gênero começarem a entrar em linha de conta, mais depressa poderão ser resolvidos certos problemas sociais da Índia.

Uma outra característica notável da sociedade indu é a inferioridade numérica do elemento feminino. Desde que foram instituídos os recenseamentos regulares no país, essa inferioridade nu-

mérica sempre se tem evidenciado. Em 1941, havia apenas 934 mulheres para 1000 homens. Em 1921 e em 1931, a proporção era de 940 por 1000. Na Inglaterra e no país de Gales, por exemplo, essa relação, em 1940, era de 1000 por 940, isto é, havia, pelo contrário, uma predominância do elemento feminino. A relação entre o número de mulheres e de homens tem diminuído constantemente na Índia desde 1901, sendo provável que no recenseamento de 1951 nenhuma alteração sensível se evidencie nesse particular.

Muitas explicações têm sido alvitradas acerca desse problema. Há quem atribua essa diferença unicamente ao fato de o recenseamento ser incompleto quanto ao elemento feminino. A explicação não é absurda, mas, nestes últimos cinquenta anos, os serviços de recenseamento indus melhoraram muito e, apesar disso, a predominância dos homens sempre se tem acentuado ao invés de diminuir. Pensam outros que a predominância dos homens seja um índice de "decadência racial", mas a masculinidade é ainda mais desfavorável no Norte e no Noroeste, isto é, em certas regiões que atualmente fazem parte do Paquistão, onde vivem as raças chamadas "guerreiras". Não podemos compreender o que seja exatamente uma "decadência racial" e, ainda menos, sob o ponto de vista científico, compreendemos as causas de tal decadência. Supondo-se que essa explicação tenha foros de verdade, os povos viris do Noroeste apresentariam, justamente mais sinais de decadência. A situação seria, pois, paradoxal e a explicação não parece convincente.

Algumas pessoas, como o Comissário do Recenseamento de Bombaim (1921) e o Comissário do Recenseamento da Índia (1931) oferecem, por seu lado, uma explicação de ordem biológica. Segundo o primeiro, "o sistema indu das castas com seu *gotra* (clan) exógamo e sua casta endógama, constitui um perfeito mecanismo de preservação do que se denomina em genética "a pureza da estirpe". A endogamia impede a hibridação no exterior, enquanto que a exogamia impede o nascimento de uma nova estirpe pura, no seio da antiga, pelo isolamento de um caráter não comum a toda a estirpe. O Comissário do Recenseamento da Índia aceita esse ponto de vista e declara: "quer a idéia se justifique inteiramente ou não, é preciso reconhecer-se que se, como consequência dos casamentos consanguíneos ou por qualquer outra razão, existe uma tendência natural para engendram-se mais mulheres do que homens em determinada casta, essa particularidade tem toda probabilidade de perdurar, enquanto os casamentos consanguíneos continuarem a dominar como regra". Essa explicação é, pelo menos, plausível, mas nossos conhecimentos não nos permitem saber se o sistema das castas indus realmente tem repercussões no plano genético. Na hipótese de ser em parte verdadeira essa explicação, isto é, se a frequência dos casamentos consanguíneos é, de um modo geral, nociva, o fato não poderia porém explicar a masculinidade no nascimento.

As estatísticas existentes dão uma imagem completamente diferente da situação. De fato, en-

tre as idades de um e cinco anos, há na Índia um excedente de meninas e somente no grupo de idade seguinte começa a masculinidade a dominar e a proporção maior passa para o lado dos rapazes. Uma explicação mais racional da pequena importância numérica do elemento feminino seria, pois, a seguinte: embora a menina, ao nascer, esteja francamente mais apta a sobreviver ao menino, essa vantagem fica provavelmente neutralizada na primeira infância, devido à negligência relativa com que são tratadas e, durante a adolescência, por suas maternidades precoces e muito freqüentes. Como os pais indus dão muito mais importância aos filhos varões, todos eles tendem a tratar as meninas com certo descaso, principalmente quando vítimas das doenças infantis. Essa situação, aliada à precocidade do casamento e à multiplicidade das maternidades, acarreta entre as mulheres grande número de mortes prematuras. No que diz respeito à China, existem informações semelhantes, que mostram que essa explicação tem sua razão de ser. O Dr. Ta Chen, discutindo a questão da masculinidade na região de Kounming diz textualmente: "Parece provado que na China nascem relativamente mais meninas do que meninos, mas quando essas crianças crescem o número de meninos se nivela ao das meninas o que indica, evidentemente, uma proporção maior de óbitos entre as meninas". Isso se pode atribuir ao fato de que, no Extremo Oriente em geral e na China em particular, os pais preferem ter filhos varões para garantirem a continuação da linhagem e a celebração do culto dos antepassados. Por isso mesmo, se descuidam inconscientemente das meninas, e a taxa de mortalidade entre estas torna-se mais elevada.

A reprovação social ao casamento das viúvas constitui outro aspecto característico da situação demográfica na Índia. Essa situação está intimamente ligada a diversos problemas sociais, uma vez que qualquer instituição social condenável gera outra igualmente prejudicial e assim sucessivamente, ao infinito. Essa "esterilização social" das viúvas acarreta grandes diferenças de idade entre maridos e mulheres. Com efeito, como os viúvos na sua maioria casam novamente e não podem casar-se com viúvas, têm que escolher espôsas muito mais jovens do que eles. Essa disparidade de idade provoca o aumento do número de viúvas, uma vez que o marido velho morre normalmente antes da jovem espôsa a qual, naturalmente, não poderá mais casar-se. O excedente do número de homens sobre o número de mulheres concorre, pois, para que se perpetue o costume de casar as moças muito cedo. Como os solteiros e os viúvos são obrigados a casar com mulheres muito mais moças do que eles, o número de viúvas só tende a aumentar. Como, por outro lado, as viúvas não podem contrair novas núpcias, a viuvez diminui o número já pequeno de mulheres que podem ser escolhidas para espôsa e tudo isso acaba realmente diminuindo a importância do elemento feminino. É um verdadeiro círculo vicioso. Assim, o equilíbrio demográfico tão pouco satisfatório da Índia caracteriza-se, antes de mais nada, pelo crescimento

considerável da população de dez em dez anos e pelo terrível desperdício de vidas humanas que acompanha esse crescimento.

VI — Melhoria da Agricultura

Como remediar essa situação? O problema demográfico deve ser estudado em função dos meios de subsistência e, em particular, dos recursos disponíveis. Cerca de 70% dos habitantes da Índia vivem da agricultura; mas a extensão das terras cultivadas diminui de ano para ano em proporção ao número de bôcas a alimentar. Não se pode escurecer que o solo da Índia esteja atualmente superpovoado. A agricultura indiana caracteriza-se por métodos de exploração primitivos, por sua subordinação aos caprichos da "mousson" e pela subdivisão ou fragmentação das terras devido às leis indus e muçulmanas que regem as sucessões (os bens imóveis são em geral distribuídos eqüitativamente entre todos os herdeiros varões) o que torna as propriedades difíceis de arrendar e multiplica excessivamente o número dos que vivem da terra. Existe, ademais, na Índia um sistema quase medieval de impostos territoriais que provoca a proliferação dos intermediários que vivem como parasitas; estes reivindicam as propriedades em nome de direitos mal adquiridos e absorvem, sem mérito, uma parte considerável dos rendimentos das mesmas. O atraso da técnica agrícola da Índia explica não somente a insuficiência do rendimento médio dos operários agrícolas, que é fraco mesmo em comparação com o dos camponeses japoneses ou chineses, como também o fato de o solo se deteriorar gradativamente em consequência da erosão e do desflorestamento.

Não se deve concluir daí, porém, que seja impossível melhorar-se a agricultura indus e seu rendimento. Segundo as estatísticas oficiais de 1939, a terça parte das terras cultiváveis não é explorada (sem falar nas terras alqueiradas). As estatísticas oficiais relativas ao conjunto de províncias da Índia (com exclusão dos Estados indus antes da divisão da Índia em duas partes) dão as seguintes cifras:

Superfície agrícola	Número de hectares
Superfície total segundo os dados do cadastro	266.960.000
Florestas	35.800.000
Terrenos não disponíveis para cultura ..	58.000.000
Terrenos cultiváveis mas não valorizados (além das terras alqueiradas)	61.440.000
Terras alqueiradas	20.400.000
Superfície total das terras semeadas	91.960.000

Assim, de 173 milhões de hectares de terras cultiváveis, apenas 53% estão semeadas, 11,8% permanecem em alqueire e 35,8% são cultiváveis mas não exploradas. Quanto aos terrenos "não disponíveis para cultura", a Comissão Real de Agricultura declarava em 1926: "É difícil acreditar-se que toda a superfície atualmente considerada imprópria à cultura e que representa 60 milhões de hectares, ou seja, 22,5% da superfície total da Índia britânica (província) seja realmente imprópria à cultura ou não disponível".

A Índia ainda não esgotou, pois, seus recursos em terras cultiváveis, mas as terras cultivadas parecem ter sofrido os danos da erosão e terem sido esgotadas por métodos primitivos de exploração. Graças aos métodos científicos da agricultura moderna, que permitem combater a erosão e regenerar o solo, dever-se-ia chegar a dobrar o rendimento das terras cultivadas e valorizar grande parte das terras consideradas não cultiváveis; essa melhoria será da máxima utilidade, mas poderia apenas resolver uma pequena parte das dificuldades existentes.

Se é possível, com o auxílio da ciência, aumentar o rendimento da terra e cultivar maiores áreas, isso não bastará, porém, para melhorar o nível de vida de toda a população indiana nem para resolver inteiramente o problema demográfico, enquanto a indústria e outras atividades produtoras não atraírem grande número dos que atualmente vivem da terra.

VII — Industrialização

A industrialização é apresentada muitas vezes como remédio fundamental para os problemas demográficos da Índia. Qualquer discussão sobre a possibilidade de dar-se à industrialização da Índia um impulso rápido e generalizado fugiria aos objetivos do presente trabalho. Entretanto, é preciso observar que a Índia possui, até certo ponto, os recursos indispensáveis à industrialização, isto é, as matérias-primas, os capitais, a mão-de-obra qualificada, os escoadouros e os conhecimentos técnicos necessários. A industrialização que se processou na Índia nestes últimos trinta anos não contribuiu, porém, para resolver o problema demográfico, isso por não se ter operado de modo sistemático e regular e por que o número de pessoas que ingressaram nos empregos lucrativos oferecidos pela indústria moderna não chegou nem a 1% da população total.

Essa industrialização que se fez, pode-se dizer, ao acaso, acarretou também o desaparecimento parcial do artesanato, o que aumentou o número de desempregados. Somente uma industrialização rápida e de grande envergadura, acompanhando um plano bem delineado e se processando juntamente com o desenvolvimento do artesanato (uma coisa não se põe necessariamente à outra) poderá remediar o aumento contínuo da população, atraindo para as fábricas uma parte dos habitantes dos campos superpovoados.

A industrialização da Índia tem grande importância para a solução do problema demográfico e isso por duas razões: contribuirá para aumentar o rendimento, colocará à disposição dos indianos grande número de produtos cuja necessidade se faz sentir grandemente e lhes proporcionará toda espécie de vantagens; transformará assim a economia atual, fazendo a Índia passar da miséria

para a abundância. Além disso — e é este talvez o ponto mais importante para a Índia — a industrialização favorecerá o aparecimento de novos modos de vida de tipo urbano, que provocarão a limitação voluntária do número de nascimentos. Não nos cabe examinar aqui as causas desse encadeamento de fenômenos, mas é assim que os acontecimentos se sucederam no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Ocidente em geral e no Japão e não vemos por que na Índia a industrialização não possa ser acompanhada, como nos outros países, de uma diminuição da fecundidade.

VIII — Migrações

Que diremos das migrações como solução do problema demográfico da Índia? No que toca a emigração para o exterior, parece-nos que a mesma não é possível, uma vez que todas as terras do mundo ou estão colonizadas ou se encontram sob a autoridade de algum Estado. Embora certos países, como a Austrália, o Brasil, o Canadá, sejam pouco povoados e disponham de vastas áreas, a emigração para os mesmos deve permanecer fora de cogitação, uma vez que nenhum deles estaria disposto a acolher milhões de indus. O mundo ainda não se resolveu a adotar, em matéria de migrações, uma política internacional baseada na avaliação equitativa das exigências e dos recursos dos diversos países e das respectivas populações e, se reconhecemos, como se impõe, que todo país tem o direito de resolver sobre a composição de sua população, a Índia não pode insurgir-se contra a atitude de certos países que, embora pouco povoados, se recusam a receber grande número de imigrantes indus.

A Índia não desejaria tampouco contribuir para criar tristes problemas de minorias, tais como os que já existem na União Sul-Africana. O número de indus estabelecidos definitivamente no exterior eleva-se atualmente a 4 milhões e meio, mas a população da Índia aumenta anualmente em cerca de cinco milhões. Mesmo que a emigração oferecesse uma solução, não seria possível esperar-se que a maior parte de sua população suplementar abandonasse o país. Para a Índia, aliás, essa possibilidade não representaria uma solução definitiva. Todos os testemunhos de que se dispõe relativamente às grandes migrações mundiais demonstram que, mesmo quando a população do país interessado diminui de modo sensível, esse efeito é de curta duração por isso que os lugares vagos assim criados são logo preenchidos. Não parece possível, tampouco, contar-se muito com a possibilidade de provocar migrações internas para combater o superpovoamento, pois não existem, nos territórios da Índia e do Paquistão, espaços livres suficientes. Há, naturalmente, províncias ou regiões, onde a densidade por quilômetro quadrado é relativamente baixa. É o caso, por exemplo, do Assam, na Índia, e do Baluquistão, no Paquis-

tão. Durante estes últimos quinze anos, 500.000 emigrantes provenientes de outras províncias e principalmente de Bengala, chegaram a Assam, mas o fato de 500.000 pessoas terem podido, no decorrer de quinze anos, fixar-se em terras reconhecidamente de qualidade inferior, nada significa uma vez que a população do país, durante esse tempo, cresceu em mais de 50 milhões de almas.

O estudo das migrações entre províncias nestes últimos trinta anos mostra que algumas delas constituem um fenômeno permanente. As plantações do Assam, por exemplo, tiram parte de sua mão-de-obra da região distante de Chutia Nagpur. Os camponeses da província vizinha de Bengala não se deixam atrair por essas plantações; não vão, tampouco, voluntariamente trabalhar nas fábricas de juta de Bengala, mas abandonam a própria terra para ocupar certas terras dos vales do Assam. As minas de carvão de Chutia Nagpur não atraem os habitantes das localidades vizinhas, que têm que recrutar mão-de-obra nas Províncias unidas e no Bihar. No campo, êxodos contínuos se processam igualmente nas épocas de miséria agrícola. Todos esses fatos mostram que, em cada província, o excedente da população tende a escoar-se pelas províncias vizinhas. Embora não disponhamos de dados exatos a respeito, podemos dizer que esses movimentos de população assumem, em conjunto, o caráter de migrações periódicas e que não têm efeitos permanentes. Aliás, no próprio momento em que um grupo deixa uma província, parece que outro grupo logo chega, de modo que, por fim, esses movimentos de uma província para outra ou no interior de uma mesma província não remediariam de modo algum o superpovoamento.

Se os movimentos de população entre as várias regiões explicam, não pelo fato de que a pobreza expulsa o homem das regiões superpovoadas, mas antes por que a prosperidade relativa de regiões menos povoadas o atrai, é preciso reconhecer que não existe na Índia uma só região onde o nível de vida das massas seja francamente mais elevado do que nas outras. O nível de vida não varia suficientemente de uma província para outra ou de uma zona agrícola para outra, para que os habitantes se sintam levados a deslocar-se. Via de regra, os emigrantes deixam uma região pobre por outra próspera, segundo uma corrente que se estabelece contrariamente ao que acontece com a água, do nível mais baixo para o mais alto. Nenhuma condição de vida, por penosa que seja, bastaria para levar as pessoas a deixarem o lar se não tivessem onde se refugiar. Assim, todas as migrações internas que se produziram na Índia no decurso destes últimos trinta anos foram causadas por graves fomes, ou pela construção de novas rêdes de irrigação ou novos canais permitindo a valorização de novas terras. Como tais acontecimentos são excepcionais, não provocam o impulso necessário à criação de movimentos de população. O clima, a língua, o regime alimentar, os hábitos, os costumes, o sistema de castas, variam de uma parte para ou-

tra da Índia e os emigrantes podem muito bem, mesmo entre seus compatriotas indianos, se sentirem estranhos quando se instalam em nova região. Dificuldades psicológicas intervêm, pois, quando se trata de abandonar o lar tradicional e a fazenda da família para partir para longe, mesmo quando há esperança de uma prosperidade relativa.

Nestas condições, as migrações internas não podem trazer solução ao superpovoamento e a divisão do país em duas partes, que já forçou certas comunidades da Índia e do Paquistão a emigrarem em massa de uma região para outra, não dá esperanças de novas migrações entre províncias.

IX — A limitação da natalidade

A última solução que resta a considerar — e a mais importante é, pois, a limitação voluntária do número de nascimentos. A Índia já passou a fase da discussão dos prós e contras dessa limitação. Os argumentos favoráveis e desfavoráveis aos processos anticoncepcionais foram expostos à saciedade e a ciência decidiu-se a favor dos mesmos. Como a modernização da agricultura e a industrialização, a limitação voluntária do número de nascimentos tem certamente papel essencial a representar na solução do problema demográfico da Índia.

Se deixarmos de lado o tradicionalismo habitual das populações rurais, que se opõe a qualquer reforma, pode-se dizer que, ao contrário do que ocorre em certos outros países, a limitação voluntária do número de filhos não encontra na Índia oposição sistemática por parte do governo ou dos cultos. As religiões indus não se opõem a essa prática. Não será, pois, difícil esclarecer as massas indianas sobre os benefícios da mesma. Se os funcionários incumbidos da saúde pública começarem a demonstrar o interesse dessa limitação, o seu uso se estenderá até às aldeias mais isoladas.

Quando as mulheres indianas, devidamente instruídas, souberem que há, realmente, para limitar o número de filhos, processos científicos que atendem a algumas de suas necessidades mais imperiosas, fácil será generalizar a prática desses processos. Existem, é evidente, certas dificuldades a serem levadas em conta antes de criar uma rede de dispensários anticoncepcionistas. E' preciso não esquecer que grande parte dos indianos vive ainda em condições muito primitivas. Será necessário, pois, tratar de certas questões relativas, por exemplo, a salas de banho, água corrente, intimidade da vida privada, fornecimento de produtos anticoncepcionistas baratos, eficazes, sem perigo e fáceis de encontrar; será necessário também levar em conta a falta de instrução das mulheres. Quaisquer que sejam, porém, as dificuldades, é preciso levar a efeito essa reforma.

Felizmente, a questão não tem sido completamente esquecida na Índia. Em seu relatório de 1946, o Comitê da Saúde Pública (Health Survey and Development Committee) que fôra nomeado com poderes amplos, pelo Governo da Índia, declara o seguinte: "Reconhecemos todos que, quando a maternidade é prejudicial à mulher ou à criança, o emprêgo de processos anticoncepcionistas justifica-se plenamente. Em tais casos, os Governos têm o dever de proporcionar informações sôbre êsses processos, tanto nos centros de maternidade e pediatria, como nos dispensários, nos hospitais e em tôdas as outras instituições públicas incumbidas de tratar das mulheres. Consideramos também que os artigos anticoncepcionistas devem ser fornecidos gratuitamente às mulheres pobres pelo Estado, sempre que a prática dêsses processos se justificar por motivos de saúde. Julgamos todos, ainda, que ao Estado cabe providenciar sôbre dois pontos mais: 1.º o contrôle a exercer sôbre a fabricação e venda dos produtos anticoncepcionistas, contrôle êsse análogo ao que já se faz no tocante à alimentação e aos medicamentos; 2.º a concessão de subvenções destinadas a favorecer as pesquisas tendentes à adaptação de métodos anticoncepcionistas eficazes e inofensivos.

Mas, acima de tudo, na Índia, seria necessário incentivar o emprêgo dos métodos anticoncepcionistas por motivos *econômicos*. Mesmo o Comitê autorizado, que acabamos de citar, não conseguiu abalar o tradicional obscurantismo indu e desistiu de fazer figurar a pobreza e o baixo nível de vida entre as razões que exigem a aplicação de processos anticoncepcionistas e a limitação do número de filhos.

O Congresso nacional da Índia, entretanto, criou durante a guerra uma Comissão para o estabelecimento de programas nacionais (National Planning Commission) presidida pelo Primeiro Ministro Pandit Jawaharlal Nehru, que apresentou, em uma de suas resoluções, a seguinte recomendação: "No interesse de uma economia social sã, da felicidade da família e da boa organização da nação, é essencial que as famílias limitem cientificamente o número de filhos e o Estado deve adotar uma política capaz de levá-las a isso. Conviria preconizar e divulgar processos anticoncepcionistas baratos e inofensivos, fundar dispensários anticoncepcionistas e tomar, nesse particular, tôdas as providências indicadas. Seria necessário, igualmente, adotar medidas para impedir o emprêgo de métodos anticoncepcionistas perigosos e quaisquer publicações de propaganda dos mesmos". Essa resolução é bem significativa. Diz ainda: "qualquer programa de eugenismo deve igualmente

considerar a esterilização das pessoas portadoras de doenças hereditárias graves, tais como a loucura ou a epilepsia". Essa resolução foi adotada pela *National Planning Commission*, quando a Índia ainda não era livre nem dispunha de governo autônomo. Agora que o Presidente dessa Comissão é primeiro Ministro da Índia, pode-se esperar que a resolução, longe de permanecer no esquecimento, seja concretizada. O problema demográfico da Índia já é bastante agudo atualmente e se tardarmos mais a agir, tornar-se-á ainda mais grave.

X — *Preservar a vida humana*

Para resumir, diremos que a despeito dos progressos científicos sem precedentes alcançados no mundo nestes trinta ou quarenta anos, a Índia perde ainda grande número de vidas humanas desde o estado pré-natal até a velhice. Apesar de todos os recursos científicos e técnicos, apesar de tôdas as facilidades de que dispõe para proteger a saúde do homem e curar ou aliviar as inúmeras moléstias e enfermidades a que está exposta a humanidade, a Índia continua a desperdiçar assim milhares de vidas humanas.

A vida de hoje é bem mais complexa e difícil do que há um século atrás. A maioria dos indianos vive em aldeias superpovoadas, que mudaram de aspecto mas que não dispõem ainda das facilidades necessárias em matéria de higiene ou de medicina. Os que se aglomeram nas cidades populosas também se encontram em condições terrivelmente difíceis de ganhar a vida, criar os filhos e manter uma casa. Apesar da crença no valor intrínseco da vida humana, base da própria civilização indu, a Índia tem resistido a certas reformas próprias a favorecer uma vida sã e ativa. Muitas vidas humanas ainda hoje são estragadas ou destruídas, quando tal desgraça poderia perfeitamente ser evitada e isso pela simples razão da persistência de certas idéias e crenças tradicionais, de épocas passadas, quando era preciso enfrentar quase sem defesa doenças e perigos de tôda espécie, sem conhecer bem as exigências e os recursos da natureza humana. Se, em certos casos, ainda se tolera um grave desperdício de vidas humanas, a culpa dessa situação cabe às teorias essencialmente derrotistas, que afirmam a impotência da humanidade frente a forças misteriosas, de ordem natural ou social, que se acredita dirigir a vida das sociedades e tornar inevitável a perda de vidas humanas. Parte dessas perdas trágicas talvez provenha da convicção de que os males e sofrimentos do homem são o castigo merecido de seus erros e crimes. Muitas descobertas médicas admiráveis tiveram difi-

culdade em vencer por serem consideradas contrárias à vontade divina que condena o homem ao sofrimento. Se a crença num "destino" que deve dirigir nossa vida já quase desapareceu, essa crença ainda deixou muitos rastros. Em tôdas as sociedades e na Índia mais do que em qualquer outro lugar, as crenças fatalistas persistem, mesmo depois de vencidas pelo desenvolvimento de conhecimentos científicos, impotentes para eliminá-las. A única solução seria renunciar-se a idéias e a práticas arcaicas, incompatíveis não só com os conhecimentos atuais, como com uma concepção democrática dos valores humanos. Quanto mais depressa a Índia chegar a êsse ponto, tanto mais fácil será resolver-se de modo satisfatório o problema da vida, da longevidade e da morte.

BIBLIOGRAFIA

- CHAND, GYAN. — *India's Teeming Millions*, Londres, Allen e Unwin, 1939.
- CHANDRASEKHAR (S.). — *India's Population: Fact and Policy*. New-York, John Day, 1946.
- CANGULEE (B.). — *Trends of Agriculture and Population in the Ganges Valley*. Londres. Methuen, 1938.
- GHATE (B.-G.). — *Changes in the Occupational Distribution of the Population Office of the Econ. Adviser*, New Delhi, 1940.
- GHOSH (D.). — *Pressure of Population and Economic Efficiency in India*, Bombay, Oxford University Press, 1946.
- KARVE (D.G.). — *Poverty and Population in India*. Bombay, Oxford University Press, 1936.
- MUKERJEE, RADHAKAMAL. — *Food Planning for 400 millions*. Londres, Macmillan, 1938.
- NARAIN, BRIJ. — *The Population of India*, Lahores, 1929.
- POPULATION-NATIONAL. — *Planning Committee*. Bombay, Vorâ Co. Ltd., 1947.
- RANADIVE (B.T.). — *The Population Problem in India*. Bombay, Longmann, 1936.
- Report of the Health Survey and Development Committee. New Dehli Govt of India, 1946, 4 volumes.
- SOVANI (N.). — *The Population Problem in India. A regional Approach*. Poona, 1942.
- WATTAL (P.K.). — *The Population Problem in India*. Bombay, Benett Coleman, 1934.

* *
*

Doutrina, no sentido militar, tem um sentido secundário ou relativo ao processo. Diz respeito exclusivamente à maneira de agir, isto é, ao processo de ação. Não nos interessamos, porém, por êste aspecto do problema, mesmo porque êste livro não é um tratado de estratégia militar. Nosso objetivo é apenas o de identificar os princípios da eficiência militar os quais são universais quanto a sua aplicação às outras organizações. O primeiro e mais importante desses princípios é um fator real, ainda que de ordem abstrata: o *moral*. Moral é a soma de várias qualidades psicológicas, entre as quais está a coragem, a fortaleza de ânimo, a resolução e, acima de tudo, a confiança. Estas virtudes não são monopólio de uma comunidade, de uma raça ou de uma nação. Quando existem e quando um exército está, em matéria de moral, em posição definitivamente superior à de seu adversário, o resultado é decisivo. Nos casos em que o número de homens, o equipamento, a disciplina e a qualidade dos chefes são iguais, é quase certo vencer o exército em que o "moral fôr mais elevado". Há, na guerra, duas ordens de moral: a do soldado e a da população civil. Essas duas ordens se assemelham no que pese o fato de derivarem ambas da *confiança*. Em certo sentido, porém, são diferentes. Ao contrário do que acontece com o moral do civil, o do combatente depende menos dos sentimentos de patriotismo ou dedicação a uma causa ou princípio. Quaisquer que sejam as emoções de um soldado em ação, o moral de um exército em luta e no campo de batalha deve ser mantido por outros meios. Até mesmo os exércitos mercenários são possuídos, não raro, de um moral elevado. O exército que Aníbal levou à Itália era constituído principalmente por mercenários de quase tôdas as raças da Europa Ocidental e do Norte da África. Êsse exército possuía, porém, um moral quase inquebrantável resultante de seu preparo e da sua disciplina, do orgulho de suas proezas na luta e da ilimitada confiança em seu grande comandante. De outro lado, nenhum propósito de elevação do moral pode, por si só, manter o espírito forte de um exército de que desertou a confiança. Êsses fatos mostram o papel importante que a organização desempenha na criação e manutenção de um moral elevado. Quando dizemos que um exército é definitivamente superior em moral ao seu adversário queremos dizer que os indivíduos que compõem êsse exército foram mais bem preparados pelos seus chefes que os dotaram com as virtudes fundamentais da vontade e do coração. Significa simplesmente que os integrantes desse exército estão imbuídos de uma determinação e uma confiança que pode ser atribuída a causas naturais, das quais nenhuma é mais poderosa do que a consciência de que é membro de uma organização melhor e mais eficiente. Não há nada de peculiar à guerra. Em toda atividade humana a eficiência da organização é o mais poderoso agente criador e mantenedor do moral. — "Princípios de Organização" — Mooney e Reiley — "R.S.P." — julho — 1949.